



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 140/XII/ 3.ª SL

Aos 27 dias do mês de maio de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

(1ª parte)

1. Informações.

2. Distribuição de iniciativas:

- Proposta de Resolução nº 76/XII/3ª - "Aprova o recesso, por parte da República Portuguesa, aos estatutos da Comissão Internacional do Estado Civil" (CDS/PP).

3. Aprovação do Relatório Final da Petição nº 266/XII/2ª - "Contra a propina de 120 euros e pela manutenção do ensino de português nas comunidades portuguesas"

Deputada Relatora Helena Pinto (BE).

4. Aprovação das Atas n.º 135, 136, 137, 138 e 139, respetivamente de 9, 16, 22 e 29 de abril e de 6 de maio.

5. Outros assuntos.

(2ª parte)

Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, ao abrigo do artigo 104º, nº 2, do Regimento da Assembleia da República.

(1ª parte)

1. Informações.

O Sr. Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, deu início à reunião, começando por informar que o Colóquio Parlamentar por ocasião do 35º aniversário das relações diplomáticas entre a República Portuguesa e a República Popular da China, iniciativa conjunta da Comissão e do Grupo parlamentar de Amizade Portugal China, se realiza no próximo dia 3 de junho, às 09:30, na Sala do Senado. De acordo com o programa é necessária a indicação de Vice-Presidente para moderar o 1º painel e de um



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 140/XII/ 3.ª SL

representante de cada grupo parlamentar para o 2º painel. Pediu por isso que os Coordenadores dos grupos parlamentares informassem os serviços o quanto antes das respetivas designações. De seguida informou da receção de pedido de audiência de delegação do grupo parlamentar da UNITA e respetivo Presidente, Dr. Raul Danda, que estarão em Portugal entre os dias 3 e 5 de junho e do Vice-Presidente da Assembleia Nacional do Vietname e delegação, para o próximo dia 26 de junho, quinta-feira.

2. Distribuição de iniciativas:

- Proposta de Resolução nº 76/XII/3ª - "Aprova o recesso, por parte da República Portuguesa, aos estatutos da Comissão Internacional do Estado Civil".

Cabendo ao grupo parlamentar do CDS-PP a indicação de Relator, foi nomeado o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila, tendo o Sr. Presidente informado que, para ter efeito no próximo ano, a Resolução da Assembleia da República e a ratificação pelo Presidente da República têm de ser publicados até dia 30 de junho, pelo que já se encontra agendada a sua apreciação e prevista a votação no Plenário para a próxima sexta-feira. Tratando-se de uma iniciativa simples e sintética sugeriu que fosse marcada reunião para dia 29 de maio, para aprovação do parecer.

3. Aprovação do Relatório Final da Petição nº 266/XII/2ª - "Contra a propina de 120 euros e pela manutenção do ensino de português nas comunidades portuguesas"

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) apresentou o teor da Petição e o Relatório destacando a referência às iniciativas apresentadas sobre a matéria objeto da Petição, designadamente as propostas de alteração ao decreto-lei e que foram todas rejeitadas. O Relatório elenca também as perguntas dirigidas ao MENE muitas das quais ainda não obtiveram resposta. Leu as conclusões e destacou a importância do ensino de português no estrangeiro e a proposta de solicitação ao Governo de informação sobre esta matéria.

O Sr. Deputado Carlos Gonçalves (PSD) deu os parabéns à Sr.ª Deputada Relatora e disse que também esteve presente na audição dos peticionantes. Congratulou-se com



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 140/XII/ 3.ª SL

a iniciativa da petição, embora o teor lhe deixe algumas dúvidas, designadamente a referência aos 120 euros, pois os valores são distintos. Disse ainda que, à luz da Constituição, os portugueses pelo mundo são iguais pelo que, nesse particular, manifestou discordância com o texto da petição. Nalguns países os pais pagavam preços elevadíssimos pelos livros, noutros eles nem existiam e agora a situação foi regularizada. A Presidente do Camões veio cá e deu as informações necessárias. A petição merece toda a atenção mas discorda da interpretação dos peticionantes que distinguem os portugueses pela residência. Quanto ao Relatório, nada tem a opor até porque descreve o que foi feito.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) começou por congratular a Sr.ª Deputada Relatora. De seguida referiu que este assunto tem muita relevância porque é um dos principais elos de ligação ao país de quem vive no estrangeiro. Esta petição tem a importância de trazer a debate a questão do ensino do português no estrangeiro que, nos últimos anos, tem sido profundamente alterado. O grupo parlamentar do PS discordou da introdução da propina e pediu parecer ao Provedor de Justiça que não subscreveu o mesmo entendimento. Nos últimos tempos, apesar do pagamento da propina, não tem havido melhoria de ensino de português. Merece uma reflexão a manta de retalhos em que se transformou o ensino da língua portuguesa no estrangeiro, e, concluiu referindo que esta petição tem o mérito de reintroduzir o tema em discussão e, dadas as assinaturas, irá ser apreciada em plenário.

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) felicitou a Sr.ª Deputada Helena Pinto pelo Relatório. Quanto ao objeto da petição, referiu que o PCP se opôs à introdução de propinas no EPE que se insere na lógica de transferência de custos para os agregados familiares. Há uma degradação nesta área e prosseguiu referindo que todos os dias são recebidas queixas e denúncias apresentadas pelos professores relativamente às condições em que trabalham. Na devida altura o PCP tomou várias iniciativas e tem questionado o MENE sobre esta problemática. O grupo parlamentar do PCP considera que é importante saber mais sobre a situação, mas, em vez de solicitar ao Governo a avaliação, dever-se-ia pedir informação, cabendo à Comissão proceder à respetiva análise. Sugeriu ainda que fosse igualmente solicitada informação ao CCP.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 140/XII/ 3.ª SL

Os Srs. Deputados Carlos Gonçalves (PSD) e Paulo Pisco (PS) embora não tivessem discordado lembraram que tem sido recebida informação do CCP sobre esta questão e ainda o facto de o primeiro peticionante ser membro do CCP.

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) aceitou a substituição de avaliação por informação, na parte final o Relatório afirmou que este pedido de informação não obstará ao agendamento e apreciação da petição no Plenário.

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade.

Antes do início da segunda parte da reunião, o Sr. Presidente lembrou que tem sido adiada sistematicamente a audição do Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira, sobre o conceito estratégico de cooperação, tendo este manifestado disponibilidade para o fazer no final da audição. A questão foi debatida, tendo intervindo o Sr. Deputado Paulo Pisco (PS), a Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE), os Srs. Deputados Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP) e Ricardo Baptista Leite (PSD) e as Sras. Deputadas Carla Cruz (PCP) e Gabriela Canavilhas (PS). O Sr. Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD), que assumiu entretanto a presidência da reunião, sintetizou o debate e a conclusão expressa de forma consensual no sentido de ter de se encontrar uma data para debater esta matéria com o Sr. Secretário de Estado.

4. Aprovação das Atas n.º 135, 136, 137, 138 e 139, respetivamente de 9, 16, 22 e 29 de abril e de 6 de maio.

Este ponto da ordem de trabalhos foi adiado para a próxima reunião.

(2ª parte)

Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, ao abrigo do artigo 104º, nº 2, do Regimento da Assembleia da República.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, começou por cumprimentar o Sr. Vice-Presidente, Deputado Carlos Alberto Gonçalves, os membros



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 140/XII/ 3.ª SL

da Comissão e iniciou a sua exposição referindo que o Ministério acompanha a situação das comunidades portuguesas em todos os Estados-Membros da UE, e veicula regularmente informação sobre os seus direitos e deveres nos países de acolhimento e em Portugal e informou que está em condições de apresentar o Relatório de situação sobre a Emigração Portuguesa até ao final da presente sessão legislativa. Mencionou de seguida a situação na Ucrânia, registando a participação nas eleições presidenciais e o facto de delas ter saído um mandato claro e inequívoco para o próximo Presidente. Referiu ainda que para a estabilização da Ucrânia será necessário um diálogo interno inclusivo, que tenha em consideração a diversidade regional e linguística do país, bem como o apoio da UE, em conjunto com a comunidade internacional e com as instituições financeiras internacionais, especialmente o FMI, para fornecer um pacote de apoio que responda às necessidades urgentes da sua população. A crise na Ucrânia e a questão da Crimeia trouxeram à evidência a urgência da construção de um Mercado Interno de Energia na Europa. No conjunto, a Península Ibérica tem potencial para substituir 9% de todo o gás que a União Europeia importa da Rússia. Prosseguiu referindo que na passada semana, decorreu em Lisboa, a Reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros do Diálogo 5+5, no âmbito da copresidência que Portugal assume desde 2013. Da agenda constaram os principais temas da agenda política regional e internacional, tendo sido analisado o problema do fluxo de imigrantes ilegais provenientes da África subsariana e a forma como este influencia a situação interna dos países do sul do Mediterrâneo. Informou de seguida que no próximo dia 23 de julho decorrerá em Díli a Cimeira da CPLP e o tema central é “*A CPLP e a globalização*”. Um dos temas que irá marcar esta Cimeira diz respeito à adesão da Guiné-Equatorial e disse que continuará a seguir os passos dados por este país na implementação integral do roteiro acordado, de que são marcos fundamentais o respeito pelos direitos humanos e justiça social. A Cimeira de Díli irá marcar o regresso da Guiné-Bissau à organização, em cujos trabalhos deixou de participar na sequência do golpe de Estado de 2012 e referiu que se pode considerar um sucesso a forma como decorreram as eleições neste país, perante as difíceis circunstâncias em que se realizaram. Fez também uma referência aos ataques terroristas que resultaram no rapto de mais de 200 jovens estudantes nigerianas, bem como ao massacre de civis, na Nigéria, perpetrados pelo Boko Haram, que considerou atos bárbaros, crimes contra a dignidade e os direitos

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 140/XII/ 3.ª SL

humanos. Portugal manifestou, desde logo, a sua disponibilidade para apoiar as autoridades nigerianas na resolução deste caso e no combate ao terrorismo. Finalmente, quanto à retoma dos voos da TAP para Bissau, disse que se iriam iniciar os contactos com as autoridades guineenses logo que estas sejam empossadas, de forma a verificar se estão asseguradas as condições de segurança no aeroporto de Bissau, para que episódios como o de 10 de dezembro não voltem a ocorrer.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) cumprimentou o Sr. Ministro e agradeceu a exposição inicial. Relativamente à Europa, ao leste e até mesmo a África, Portugal tem tido uma política mais reativa que definidora de estratégia. A nível da nossa capacidade de representação, Portugal tem vindo a perder a capacidade de se afirmar com as reestruturações drásticas que efetuou. A diplomacia portuguesa tem um grande valor mas é impossível fazer melhor e disse que é absolutamente inaceitável que 2/3 das representações diplomáticas portuguesas contem com menos de 2 diplomatas. Em muitos postos consulares é inadmissível a situação e lembrou que o consulado de Sion esteve temporariamente encerrado por motivo de baixa dos funcionários. Questionou ainda sobre as relações com Angola e o facto de, embora as relações entre os dois países estarem normalizadas, ter sido cancelada a cimeira. Quanto a França, que do ponto de vista estratégico poderia ser um parceiro em África e não só, considerou inadmissível que não haja cimeiras e, a concluir, quis conhecer o impacto da diplomacia económica.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, começou por manifestar profunda discordância e disse que relativamente a África, Portugal foi convidado a participar no G19, o grupo dos parceiros que avalia os donativos a Moçambique e que tem articulado com a União Africana na adoção de medidas que criem condições de segurança no Golfo da Guiné. Reconheceu, no entanto, que se Portugal tivesse mais meios financeiros disporia de outras condições. Mencionou também a reunião com Laurent Fabius sobre as ligações da Península Ibérica e França e reafirmou que Portugal, Espanha e França têm um papel muito importante a desempenhar na construção de um efetivo Mercado Interno da Energia. Relativamente a Angola informou que recebeu um convite para visitar o país e considerou que é prioritário que haja encontros e se tomem decisões. No capítulo da diplomacia



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 140/XII/ 3.ª SL

económica, fez referência à viagem que realizou à Coreia do Sul no passado mês de abril e as consequências da viagem à China e destacou o papel da AICEP.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) começou por cumprimentar os vencedores das eleições e saudar os eleitos para o Parlamento Europeu. Mencionou de seguida os números da abstenção e a preocupação com que deveriam ser encarados. Referiu ainda o empenhamento que o Governo teve na situação da Guiné-Bissau. Agradeceu ao Sr. Ministro por ter destacado na intervenção inicial a questão das jovens nigerianas raptadas. Referiu a deslocação de delegação desta Comissão a Moçambique e os encontros havidos e, a concluir, pediu ao Sr. Ministro que falasse sobre a Cimeira que decorreu na semana seguinte a essa deslocação e ainda sobre o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a UE e os EUA (TTIP).

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, começou por referir a delegação numerosa que se deslocou a Moçambique mas que foi muito importante no plano bilateral. Quanto ao Acordo de Parceria, a 5ª ronda inicia-se esta semana e abrange um campo muito vasto de matérias, mas as negociações têm avançado. Quanto à Guiné-Bissau existem ainda diversos problemas, mas o receio de um golpe de Estado é o mais significativo.

O Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP) começou por referir que, ao contrário do que foi dito, a visão que o Sr. Ministro trouxe foi muito integrada, mas gostaria que abordasse três temas em concreto: qual o balanço que se pode retirar da visita à China, tendo em conta que Portugal é um país a que a China reconhece o estatuto de parceiro estratégico; a normalização política da Guiné-Bissau, tendo perguntado concretamente quais as expectativas quanto aos riscos no Golfo da Guiné, sobretudo quanto à questão da pirataria e, finalmente, quanto ao Diálogo 5+5, tendo saudado o protagonismo que Portugal assumiu nessa reunião.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, disse, em relação à China que o aspeto a assinalar foi a confiança entre as partes e que resultou do processo de transição de Macau. No campo económico, a China tem investido em



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 140/XII/ 3.ª SL

Portugal valores significativos e houve a manifestação de interesse de empresários chineses em áreas muito distintas. Sublinhou entre outros a importância do Fórum Macau e concluiu referindo que a visita foi um êxito. Disse ainda que está a ser desenhada uma estratégia para a questão da Guiné-Bissau e que há razões para otimismo.

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) discordou da afirmação do Sr. Ministro de que os resultados eleitorais para o Parlamento Europeu não podem ter uma leitura interna. Prosseguiu referindo que a 28 de março dirigiu uma pergunta ao MENE sobre a possibilidade de a Alemanha expulsar imigrantes portugueses e a resposta que obteve foi que Ministério acompanha as comunidades portuguesas, mas o que importa saber é que medidas concretas foram tomadas em articulação com o governo alemão. Concluiu, lamentando que o governo português não tenha condenado a ilegitimidade do governo ucraniano.

O Sr. Deputado João Ramos (PCP) disse que a forma como o MENE responde não respeita os Deputados que fazem as perguntas, nem os cidadãos que muitas vezes estão na origem das perguntas e exemplificou com perguntas feitas e as respostas recebidas. A finalizar, referiu que 80% dos professores terminam a comissão este ano e o MNE ainda não respondeu como vai resolver esta questão.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, disse que, por enquanto, na Alemanha está-se perante um projeto e a situação está a ser acompanhada pela Embaixada. Quanto à Ucrânia, disse que o que considera uma situação violadora do direito internacional é um Estado vizinho ocupar parte do território ucraniano, violando regras internacionais sobre a integralidade dos Estados. Quanto às eleições para o Parlamento Europeu, disse compreender que o PCP esteja feliz com os resultados obtidos, mas o grupo maioritário é o abstencionista o que, considerou, obriga a alguma modéstia na ponderação dos resultados.

O Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário, interveio para deixar claro que o Governo respondeu às perguntas que recebeu e deu as respostas que entendeu que deveria dar e no respeito pela verdade.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 140/XII/ 3.ª SL

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) disse que iria referir algumas questões, a primeira, relativa às eleições para o Parlamento Europeu, e disse que deveria ter sido reforçada a informação sobre o voto antecipado, tendo em conta os fluxos migratórios nos últimos anos. Relativamente à CPLP, tendo referido que é entendimento, não apenas do BE, que a Guiné Equatorial não tem condições para integrar a comunidade e questionou quanto à estratégia adotada. Dado que o acordo ortográfico e o vocabulário ortográfico são temas da Cimeira de Dili, perguntou o que está a ser preparado sobre esta matéria. Finalmente, quanto ao TTIP, embora entenda que deve ser objeto de um debate autónomo, pediu que comentasse o Relatório da Comissão Europeia que fala nos impactes e que considera que as consequências serão mais gravosas para os países da periferia, em particular no domínio da agricultura, e conclui que pode haver custos de ajustamento prolongados, o que implicaria medidas sociais que não constam do mandato de execução.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, disse que o voto no estrangeiro é competência do MAI, embora o MENE colabore na organização do processo. Quanto à CPLP, entende que deve ser acentuada a dimensão económica e que a estrutura atual da CPLP deve ser analisada e ter em conta esta perspetiva. Referiu ainda que um estudo feito recentemente concluiu que em 2050 os países da CPLP vão representar 1/3 da produção mundial de hidrocarbonetos. Quanto ao TTIP disse que não se poderia pensar que uma alteração desta dimensão não tem consequências, importa é estudá-las e averiguar se os benefícios compensam os prejuízos.

O Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário, disse que é competência do MENE divulgar o ato eleitoral no estrangeiro e até ao presente recebiam materiais de divulgação o que desta feita não aconteceu.

O Sr. Vice-Presidente, Deputado Carlos Alberto Gonçalves, informou que se concluiu a primeira ronda de perguntas e ir-se-ia entrar na segunda ronda em que as respostas seriam dadas no final das perguntas.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 140/XII/ 3.ª SL

O Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD) falou na emigração do norte de África e perguntou se era uma prioridade no quadro do diálogo 5+5. Quanto aos vistos *gold*, referiu que têm permitido ao país ganhos significativos e, mesmo sabendo que em 2014, se vão verificar receitas adicionais, há um país a duas velocidades, pois apenas Lisboa e Algarve têm beneficiado, pelo que, concluiu, poderia alterar-se o regime de forma a permitir que o restante território nacional também pudesse beneficiar.

A Sr.ª Deputada Maria Gabriela Canavilhas (PS) disse que gostaria de saber o que pensa o Sr. Ministro sobre a preponderância da China em sectores estratégicos em Portugal. Relativamente à Cimeira de Dili perguntou que estratégia irá ser adotada, pois até ao presente foi a cultura que aproximou estes países e agora há uma mudança para a economia, de que é um sinal evidente a adesão da Guiné Equatorial.

A Sr.ª Deputada Carina Oliveira (PSD) pediu um balanço da vista à Coreia do Sul e se houve o reforço das relações bilaterais entre os dois países e a captação de investimento.

O Sr. Deputado João Ramos (PCP) reiterou a questão das respostas dadas pelo Governo e citou mais uma situação cuja resposta considerou insatisfatória. Quanto à questão das eleições, disse que não houve empenho do MENE em garantir as condições para que os eleitores residentes no estrangeiro pudessem votar e mencionou o facto de o Camões ter marcado exames de certificação para dia 24 de maio e ações de formação no dia imediato às eleições, tendo inclusive a CNE chamado a atenção do Camões na sequência de queixa apresentada a este organismo. A concluir perguntou quais as consequências do alargamento do número de alunos por turma.

O Sr. Deputado Mário Magalhães (PSD) suscitou duas questões a propósito da cimeira Portugal-Espanha, a primeira relativa aos transportes, e mencionou a rede Porto Vigo e a sua importância para ao aeroporto do Porto, e a segunda, relativa à energia. A propósito da visita presidencial à China, perguntou se houve um incremento do relacionamento entre os dois países e lembrou que o investimento chinês no



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 140/XII/ 3.ª SL

mundo é muito significativo e Portugal não está sequer entre os 5 países com maior investimento chinês na Europa. A finalizar, mencionou a importância de Macau para o relacionamento entre Portugal e a China.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, disse relativamente aos ARI (Autorização de Residência para Atividade de Investimento) que os requerentes tinham liberdade quanto à escolha da região do país. Relativamente à CPLP, disse que é inevitável ter presente a vertente económica e, embora compreenda o desejo de não se perder de vista a parte cultural, não se pode condicionar as adesões sob pena de se tornar uma organização irrelevante. Quanto à Coreia do Sul, durante a deslocação, foram celebrados alguns memorandos e acordos e houve vários contactos entre empresários. Relativamente à Cimeira luso-espanhola, referiu que foi dado destaque às questões relacionadas com as ligações ferroviárias.

O Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário, respondeu à questão suscitada pelo Sr. Deputado João Ramos referindo que quer a formação, quer a prova de certificação destinavam-se a professores que residem na zona e que poderiam votar no sábado ou no domingo. O número mínimo de alunos por turma é 12 e o máximo depende da organização da turma. Afirmou ainda que o Governo estava disponível para vir à Assembleia apresentar o relatório sobre a emigração até ao final da presente sessão legislativa, cumprindo assim o prazo fixado na resolução.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) voltou a referir os problemas relativos à organização do ato eleitoral no estrangeiro e perguntou a quem se referia o Sr. Ministro quando disse que a abstenção merecia uma censura violenta. Quanto à liberdade de circulação, concordou com o Sr. Ministro quando disse que era importante a sua defesa mas perguntou se significa algum desconforto quanto a expulsões de portugueses do Reino Unido e se esta situação decorreu da mudança de atitude do consulado português em Londres que antes acompanhava os portugueses nas prisões e agora efetua o acompanhamento nos centros de detenção. Referiu ainda a situação de falta de recursos humanos nos consulados e, especificamente os casos dos postos consulares de Ajaccio e Sion, em que tem havido situações de baixa médica, pondo em causa o funcionamento dos postos consulares, o que considerou intolerável.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 140/XII/ 3.ª SL

Mencionou ainda os jovens que emigram com os pais e que vêm o seu percurso letivo perturbado e, a concluir, perguntou se o Gabinete de Apoio à Diáspora já estava a funcionar.

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) disse que o grupo parlamentar do PCP tem uma grande preocupação quanto aos emigrantes pelo que aguardam pelo envio e análise do relatório. Relativamente à posição de confronto com a federação russa, perguntou se o governo português considera que é uma via de resolução do problema e mencionou as declarações proferidas pelo Presidente eleito na Ucrânia que não confirmam as expectativas de resolução dos problemas. A concluir perguntou qual a situação concreta dos programas de cooperação.

O Sr. Deputado Carlos Páscoa (PSD) mencionou a situação dos emigrantes portugueses residentes em zonas distantes dos centros e que nas últimas eleições para o Parlamento Europeu não conseguiram votar. Referiu ainda que permanências consulares implicam a existência de cônsules e o que acontece em muitas situações é que há cônsules honorários que só utilizam o título para proveito próprio e perguntou se estava prevista a sua substituição.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, disse, quanto ao Reino Unido, que tem havido reuniões com vista a analisar a situação os portugueses detidos com ordem de expulsão e foram alterados os procedimentos ao nível do consulado. Em 2013 foram expulsos 78 cidadãos portugueses. Quanto à Ucrânia referiu que a nível dos países da UE havia divergências, mas Portugal considera fundamental que se mantenha o diálogo com a Rússia.

O Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário, começou por dizer que o Governo nunca escondeu que existe um problema em termos de recursos humanos nos postos consulares pelo que nalguns casos, basta haver uma baixa médica para comprometer o serviço e não há possibilidade de ter uma resposta imediata. Quanto aos estudantes que emigram com os pais, informou que se está a estudar como resolver a situação e evitar que seja comprometido o respetivo percurso escolar. Quanto ao Gabinete de Apoio à Diáspora, informou que está a funcionar e



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 140/XII/ 3.ª SL

que a comunicação é feita exclusivamente por via eletrónica. Concluiu referindo que nas eleições para o Parlamento Europeu não há voto por correspondência porque o PS não quis e nas eleições em que há possibilidade de votar por correspondência votam muito mais eleitores.

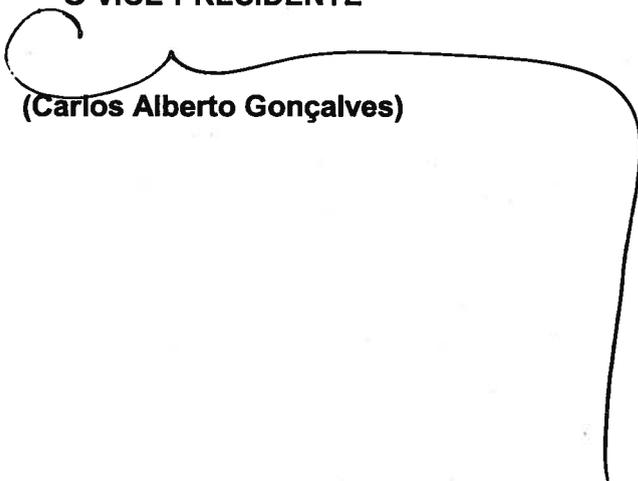
O Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Luís Campos Ferreira, usou da palavra para falar muito sucintamente sobre cooperação referindo que Timor-Leste se encontra entre uma das prioridades geográficas e, neste país, como noutros com os quais Portugal coopera, está a ser aplicada a nova filosofia do conceito de cooperação estratégica, havendo uma partilha do financiamento.

O Sr. Vice-Presidente, Deputado Carlos Alberto Gonçalves, agradeceu a presença e as informações dadas e os esclarecimentos prestados pelo Sr. Ministro e pelos Srs. Secretários de Estado. Não havendo outros assuntos a tratar, deu por encerrada a reunião às 18:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 maio 2014.

O VICE-PRESIDENTE

(Carlos Alberto Gonçalves)





COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 140/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira
Carla Cruz
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Lobo D' Ávila
Helena Pinto
Jorge Rodrigues Pereira
Laurentino Dias
Maria de Belém Roseira
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Maria José Moreno
Mário Magalhães
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Pedro Silva Pereira
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
Ângela Guerra
António Rodrigues
Carlos Enes
Duarte Marques
Fernando Virgílio Macedo
João Ramos
José Lino Ramos
Mónica Ferro
Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Manuela Tender

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: